

Eólica Pedra do Reino S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Eólica Pedra do Reino S.A.

Lagoa Nova - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Pedra do Reino S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Pedra do Reino S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2



Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

Eólica Pedra do Reino S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Passivos	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalente de caixa	5.a	1.827	889	Fornecedores	9	302	1.565
Contas a receber	6	7.372	7.198	Financiamentos	10	7.656	5.802
Adiantamento a fornecedores		31	37	Obrigações tributárias	12	821	416
Tributos a recuperar	7	1.679	1.499	Obrigações sociais e trabalhistas		81	89
Despesas pagas antecipadamente		285	398	Fornecedores partes relacionadas	19	151	195
Total do ativo circulante		11.194	10.021	Dividendos a pagar	14	2.076	2.721
				Arrendamentos	4	17	-
				Outras contas a pagar		583	242
				Total do passivo circulante		11.687	11.030
Contas a receber	6	6.934	6.690	Financiamentos	10	63.240	69.631
Fundos vinculados	5.b	20.585	15.650	Obrigações tributárias	12	1.085	991
Despesas pagas antecipadamente		-	178	Arrendamentos	4	2.040	-
Total do realizável a longo prazo		27.519	22.518	Provisão para desmobilização	11	1.320	301
Direito de uso	4	3.315	-	Total do passivo não circulante		67.685	70.923
Imobilizado	8	99.111	104.520	Patrimônio líquido	14		
Total do ativo não circulante		129.945	127.038	Capital social		39.948	39.948
				Reserva de lucros		15.595	15.158
				Dividendos adicionais propostos		6.224	-
				Total do patrimônio líquido		61.767	55.106
Total do ativo		141.139	137.059	Total do passivo e patrimônio líquido		141.139	137.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	15	<u>26.148</u>	<u>23.446</u>
Custos de operação	16	(10.772)	(10.572)
Lucro bruto		<u>15.376</u>	<u>12.874</u>
Despesas gerais e administrativas	17	(311)	(858)
Outras despesas operacionais		(164)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>14.901</u>	<u>12.016</u>
Receitas financeiras	18	744	404
Despesas financeiras	18	(5.843)	(6.235)
Resultado financeiro		<u>(5.099)</u>	<u>(5.831)</u>
Resultado antes dos tributos		<u>9.802</u>	<u>6.185</u>
Imposto de renda e contribuição social	13	(1.065)	(902)
Lucro líquido do exercício		<u><u>8.737</u></u>	<u><u>5.283</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	8.737	5.283
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>8.737</u>	<u>5.283</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros Acumulados	Total
	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Reserva de incentivo fiscal			
Saldos em 1º de janeiro de 2018	39.948	703	8.748	1.679	-	-	51.078
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.283	5.283
Constituição de reserva legal	-	264	-	-	-	(264)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.255)	(1.255)
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.764	-	-	(3.764)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	39.948	967	12.512	1.679	-	-	55.106
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	8.737	8.737
Constituição de reserva legal	-	437	-	-	-	(437)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.076)	(2.076)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	6.224	(6.224)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	39.948	1.404	12.512	1.679	6.224	-	61.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes dos tributos		<u>9.802</u>	<u>6.185</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Juros sobre financiamento	10	3.301	3.658
Custo de captação apropriado ao resultado	10	20	17
Depreciação e amortização	8	5.541	5.544
Juros sobre passivo de arrendamento	4	207	-
Provisão para desmobilização	11	(301)	-
Amortização de direitos de uso		<u>70</u>	<u>-</u>
		<u>18.640</u>	<u>15.404</u>
Variações em:			
Contas a receber	6	(418)	1.786
Tributos a recuperar	7	(180)	(465)
Contas a receber partes relacionadas		-	2
Outras contas a receber		-	394
Adiantamento a fornecedores		6	6.135
Despesas pagas antecipadamente		291	180
Fornecedores	9	(1.262)	(1.025)
Fornecedores partes relacionadas	19	(44)	172
Obrigações sociais e trabalhistas		(8)	88
Obrigações tributárias		304	(1.413)
Outras contas a pagar		<u>341</u>	<u>(1.256)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>17.670</u>	<u>20.002</u>
Pagamento de juros de financiamentos	10	(3.228)	(3.502)
Pagamento de IR e CS		<u>(872)</u>	<u>(676)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		<u>13.570</u>	<u>15.824</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	8	<u>(132)</u>	<u>(3.028)</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		<u>(132)</u>	<u>(3.028)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento			
Pagamento de principal e juros de Arrendamentos	4	(215)	-
Pagamento de principal de financiamentos	10	(4.366)	(4.149)
Custo de captação de empréstimos e financiamentos	10	(264)	-
Fundos vinculados	5.b	(4.935)	(15.250)
Dividendos pagos		<u>(2.720)</u>	<u>(1.451)</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento		<u>(12.500)</u>	<u>(20.850)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>938</u>	<u>(8.054)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.a	889	8.943
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5.a	<u>1.827</u>	<u>889</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>938</u>	<u>(8.054)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Eólica Pedra do Reino S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de janeiro de 2010, estabelecida na Avenida Dr. Silvio Bezerra de Melo, 428, sala 01, centro, município de Lagoa Nova, estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Pedra do Reino, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Sobradinho no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de 10 unidades geradoras de 3,0MW¹, totalizando 30,0MW¹ de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)	Garantia física
EOL Pedra do Reino	Port. 594/2010	30/06/2010	35 anos	30	10,84 MW

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada	Preço contratado (b)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Pedra do Reino	LER 3/2009 (a)	10,00 MW	R\$ 152,27	IPCA	Julho

(a) *Leilão de energia de reserva*

(b) *Valor em R\$*

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras, foram autorizadas pela Diretoria em 11 de março de 2020. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia na qual o CPC 06 (R2) está sendo aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação Financeira e Fundos vinculados que são mensurados a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Imobilizado (nota explicativa nº 8)** - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Provisão para custos de desmobilização (nota explicativa nº 11)** - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 20)** - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2019 descritas na nota explicativa nº 4.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos

fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 20.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este

esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, líquidos do rendimento de aplicação financeira oriunda do financiamento. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa a período de concessão do parque.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Equipamento de comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

c. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para

proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 11. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são:

Desmontagem dos aerogeradores, locação de guas, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,64% a.a.

d. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor, por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos e tarifas bancárias, que são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4 Novas normas e interpretações

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.

a. CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Efeitos da adoção

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar

pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem a realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10,62% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor (USD 5).

Com a adoção do CPC 06 (R2), a Companhia deixou de reconhecer custos e despesas na rubrica de Arrendamentos e passou a reconhecer Ativo de direito de Uso e Passivo de Arrendamentos.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

Impactos nas demonstrações financeiras do período.

Os quadros abaixo demonstram os impactos da adoção inicial do CPC 06(R2) nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2019:

	Saldo anterior em 01/01/2019	Ajuste adoção inicial em 01/01/2019	Saldo após a adoção inicial 01/01/2019	Saldo em 31/12/2019
Ativo				
Demais ativos	10.021	-	10.021	11.194
Circulante	10.021	-	10.021	11.194
Demais ativos	127.038	-	127.038	126.630
Direito de uso	-	3.385	3.385	3.315
Não circulante	127.038	3.385	130.423	129.945
Total do ativo	137.059	3.885	140.444	141.139
Passivo				
Passivo de arrendamento	-	219	219	223
(-) Juros a trans. Passivo de arrendamento	-	(207)	(207)	(206)
Demais passivos	11.030	-	11.030	11.670
Circulante	11.030	12	11.042	11.687
Passivo de arrendamento	-	6.215	6.215	5.997
(-) Juros a trans. Passivo de arrendamento	-	(4.163)	(4.163)	(3.957)
Provisão para desmobilização	-	10.709	10.709	10.709
(-) Juros a trans. Provisão para desmobilização	-	(9.388)	(9.388)	(9.388)
Demais passivos	70.923	-	70.923	64.324
Não Circulante	70.923	3.373	74.296	67.685
Patrimônio líquido	55.106	-	55.106	61.767
Total do passivo	137.059	3.885	140.444	141.139

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu R\$ 3.385, referentes a ativos de direito de uso, sendo R\$ 2.065 referentes ao passivo, com base nas contraprestações e R\$ 1.320 referentes ao valor presente com obrigações futuras com a desmobilização dos parques ao final dos contratos de arrendamentos.

A adoção do CPC 06 (R2), fez com que a Companhia reconhecesse despesas de depreciação e juros, ao invés de despesas de arrendamento operacional. Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 70 de depreciação e R\$ 207 de juros incorridos com os passivos de arrendamento.

A movimentação do direito de uso, durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	31/12/2019
Adoção inicial – CPC 06 (R2)	3.385
Amortização	<u>(70)</u>
Total	<u>3.315</u>

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	31/12/2019
Adoção inicial – CPC 06 (R2)	2.065
Juros incorridos	207
Pagamento de principal e juros	<u>(215)</u>
Total	<u>2.057</u>
Circulante	17
Não circulante	2.040

b. ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento tributos sobre lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. O CPC 32 – Tributos sobre o lucro, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não apresentou impactos significativos nas demonstrações financeira da Companhia, uma vez que não houve alteração quanto ao tratamento fiscal relativo ao imposto de renda e contribuição social, já adotados anteriormente pela Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Saldos de caixa e bancos	271	52
Aplicações financeiras (a)	1.556	837
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.827	889

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor. Tendo como remuneração 95,5% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco do Nordeste (BNB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Contas Reserva da Dívida e Contas Reserva de O&M, entre outras) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante. A conta Centralizadora se refere aos montantes de venda de energia firmados no ambiente (CCEE).

	31/12/2019	31/12/2018
Centralizadora	1.366	2.268
Reserva O&M	-	1.503
Reserva especial	13.188	7.634
Reserva de dívida BNB	3.116	1.426
Reserva de dívida BNDES	2.915	2.819
Total	20.585	15.650

6 Contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Transações realizadas no ACR (a)	14.306	13.888
Total	14.306	13.888
Circulante (b)	7.372	7.198
Não circulante (c)	6.934	6.690

- (a) Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE.
- (b) Refere-se substancialmente aos créditos oriundos da liquidação positiva dos contratos LER regulados pela CCEE e geração de energia excedente anual.
- (c) Refere-se aos excedentes de geração de energia liquidada na CCEE, correspondentes ao excedente quadrienal em formação. O valor total está previsto para recebimento em julho de 2021 caso a Companhia continue performando geração de energia excedente.

7 Tributos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL	1.658	1.478
Outros impostos a compensar	<u>21</u>	<u>21</u>
Total	<u>1.679</u>	<u>1.499</u>

8 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2019</u>			<u>31/12/2018</u>	
	Vida útil	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento		54	-	54	-
Máquinas e Equipamentos	15-35 anos	136.031	(37.958)	98.073	103.518
Benfeitorias	30 anos	1.219	(286)	934	975
Móveis e utensílios	16 anos	57	(18)	39	27
Equipamentos e Processamento de Dados	6 anos	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>11</u>	<u>-</u>
Total		<u>137.372</u>	<u>(38.262)</u>	<u>99.111</u>	<u>104.520</u>

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	<u>2019</u>				
	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado em andamento	-	129	(75)	-	54
Máquinas e Equipamentos	103.518	3	49	(5.497)	98.073
Benfeitorias	975	-	-	(41)	934
Móveis e utensílios	27	-	15	(3)	39
Equipamentos e Processamento de Dados	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
Total	<u>104.520</u>	<u>132</u>	<u>-</u>	<u>(5.541)</u>	<u>99.111</u>

	<u>2018</u>				
	Saldo em 01/01/2018	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Máquinas e Equipamentos	-	-	109.058	(5.540)	103.518
Benfeitorias	107.036	2.985	(109.042)	(4)	975
Móveis e utensílios	<u>-</u>	<u>43</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>27</u>
Total	<u>107.036</u>	<u>3.028</u>	<u>-</u>	<u>(5.444)</u>	<u>104.520</u>

Os ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa nº 10.

9 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais e serviços (a)	137	464
Seguros	40	-
Arrendamentos a pagar	-	14
Provisões (b)	125	1.087
Total	302	1.565

- (a) Refere-se a obrigações referentes a manutenção do parque eólico.
- (b) Refere-se a obrigações com fornecedores contratados para fornecer materiais e serviços inerentes a manutenção dos parques, onde a Companhia ainda não recebeu as referidas faturas. A variação de R\$ 961 entre os dois períodos refere-se em sua maioria ao pagamento de bônus por disponibilidade de aerogeradores.

10 Financiamentos

Financiamentos	Taxa de juros	Vencimento final	2019	2018
Financiamentos BNDES e BNB	2,02% e 2,5% a.a. + TJLP	Mai/2032	70.896	75.433
Total			70.896	75.433
Circulante			7.656	5.802
Não circulante			63.240	69.631

As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	79.409
Juros incorporados a dívida	3.658
Custo de captação incorrido	17
Juros pagos	(3.502)
Amortização do principal	(4.149)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	75.433
Juros incorporados a dívida	3.301
Custo de captação	(264)
Custo de captação incorrido	20
Juros pagos	(3.228)
Amortização do principal	(4.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	70.896

a. Garantias

Os contratos de financiamento com BNDES e BNB têm como garantias fiança bancária, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos.

b. Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, como algumas destacadas a seguir:

- (a) Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim.
- (b) Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida, conta reserva de O&M e conta reserva especial.
- (c) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES e/ou BNB, a não ser a emissão de debêntures previstas em contrato.
- (d) Não constituir, sem prévia autorização do BNDES e BNB, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia
- (e) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES e BNB, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (f) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30. Os índices exigidos foram cumpridos para todos os contratos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia cumpriu todas exigências qualitativas e quantitativas.

11 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde o parque eólico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2048. Em 2019 a Companhia provisionou R\$ 1.320 inerentes a custos para esta ação, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida. Devido a esta obrigação ser de longo prazo, o valor reconhecido de R\$ 1.320 em 2019 foi calculado utilizando uma taxa de desconto nominal de 7,64% a.a.

	Provisão para Desmobilização
Saldo em 1º de janeiro de 2019	301
Provisão registrada durante o ano	1.019
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2019 – Não circulante	1.320

12 Obrigações tributárias

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL a pagar	525	236
Pis	65	28
Cofins	301	35
Outros impostos a pagar	24	7
Parcelamentos de tributos federais	991	1.101
Total	1.906	1.407
Circulante	821	416
Não circulante	1.085	991

13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do período de 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.065 (R\$ 902 em 31 de dezembro de 2018).

	<u>31/12/2019</u>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	27.139	27.139
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.171	3.257
Demais receitas	744	744
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	705	360
	<u>31/12/2018</u>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	24.335	24.335
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.947	2.920
Demais receitas	418	535
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	591	311

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito, autorizado e integralizado é de R\$ 39.948 em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e está representado por 39.239.194 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2019, mediante aprovação prévia dos credores dos financiamentos, BNDES e BNB, a Companhia efetuou a proposta de distribuição total do lucro do exercício, excluindo-se a reserva legal. O valor dos dividendos propostos foi de R\$ 8.301 (R\$ 1.255 em 31 de dezembro de 2018).

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembléia geral.

15 Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de energia elétrica (a)	27.139	24.335
PIS	(177)	(158)
COFINS	(814)	(731)
Receita Operacional Líquida	<u>26.148</u>	<u>23.446</u>

(a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração de energia.

16 Custo de geração

	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação	(5.541)	(5.544)
Engenharia e gestão de processos O&M	(1.728)	(1.507)
Compartilhamento de custos (a)	(509)	(341)
Despesas com manutenção	-	(686)
Encargos de conexão e Transmissão	(1.257)	(1.107)
Gastos com pessoal	(612)	(178)
Serviços de terceiros	(400)	(175)
Taxas e alvarás diversos	(146)	(63)
Locações e alugueis	(97)	(233)
Seguros	(84)	(488)
Amortização	(70)	-
Materiais	(240)	-
Outros	(88)	(72)
Total	<u>(10.772)</u>	<u>(10.572)</u>

(a) Os saldos de compartilhamento de custos referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A. aos quais são reembolsados pelas controladas.

17 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Compartilhamento de despesas (a)	(426)	(504)
Gastos com pessoal	(1)	-
Serviços de terceiros	(88)	(214)
Legais, judiciais e publicações	(47)	(95)
Despesas associativas	-	(7)
Gastos diversos	-	(25)
Despesas com Internet	-	(4)
Energia Elétrica	-	(9)
Reversão de provisão	251	-
Total	(311)	(858)

- (a) Os saldos de compartilhamento de despesas referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A. aos quais são reembolsados pelas controladas.

18 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Descontos obtidos	-	12
Rendimento de aplicação	744	392
Receitas financeiras	744	404
Juros sobre e financiamentos	(3.301)	(3.658)
Tarifas bancárias	(1)	(290)
Juros diversos	(322)	-
Juros (Fornecedores)	(2)	-
Multas	(243)	-
Despesa captação de financiamentos	(20)	(17)
Fianças e comissões bancárias	(1.747)	(2.249)
Juros sobre arrendamento	(207)	-
Outras despesas financeiras	-	(21)
Despesas financeiras	-	-
Despesas financeiras	(5.843)	(6.235)

19 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo		
Echoenergia Participações	151	195
Total	151	195
Resultado		
Compartilhamento de custos (a)	(509)	(341)
Compartilhamento de despesas (a)	(426)	(504)

Total transações no resultado

(935)

(845)

(a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada para todo o grupo. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2020. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

a. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de covenants. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos financeiros

		<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	5.a	271	-	52	-
Aplicações financeiras	5.a	-	1.556	-	837
Fundos vinculados	5.b	-	20.585	-	15.650
Contas a receber	6	-	-	13.888	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	9	303	-	1.565	-
Financiamentos (a)	10	70.896	-	75.433	-

(a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos são similares ao valor contábil, devido ao fato de que, os respectivos financiamentos foram contraídos sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2019.

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (*)	31/12/2019		31/12/2018	
			Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Bancos e aplicações financeiras	5.a	Nível 2	1.827	1.827	889	889
Fundos vinculados	5.b	Nível 2	20.585	20.585	15.650	15.650
Contas a receber	6	Nível 2	14.306	14.306	13.888	13.888
Fornecedores	9	Nível 2	303	303	1.565	1.565
Financiamentos (a)	10	Nível 2	70.896	70.896	75.433	75.433
Total			107.917	107.917	107.425	107.425

- (a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos são similares ao valor contábil, devido ao fato de que, os respectivos financiamentos foram contraídos e sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2019.

(*) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

21 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.

- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram o contas a receber da Companhia são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	1.827	889
Fundos vinculados	5.b	20.585	15.650
Contas a receber	6	14.036	13.888
Total		16.133	14.777

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2019					
Fornecedores	317	317	-	-	-
Financiamentos	70.896	7.859	15.108	22.108	44.604
Total	71.213	7.906	15.108	22.108	44.604

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco

	Variação	Cenário provável	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Variação das taxas de juros e índices	31/12/2019	31/12/2020			
Risco de aumento das taxas de juros e índices TJLP (a)					
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)	5,09%	5,22%	0,13 p.p	0,16 p.p	0,20 p.p
	4,59%	4,15%	(0,44) p.p	(0,55) p.p	(0,66) p.p
			Sensibilidade		
Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2019	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	IPCA	70.896	3.701	4.626	5.551
Total		70.896	3.701	4.626	5.551
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	20.585	854	1.068	1.281

(a) Taxa de juros de longo prazo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

- (b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

22 Contingências

Até 31 de dezembro de 2019, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Todavia, tramitam processos possíveis de perda os quais são mencionados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Fiscais (a)	<u>1.003</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.003</u>	<u>-</u>

- (a) A Companhia possui ação de caráter fiscal, as qual está detalhada abaixo:

Discussão envolvendo valores de ICMS no estado da Bahia referente a incidência do imposto sobre Tarifa de Uso de Sistema de Distribuição (TUSD). A Companhia é autora de tal ação, entendendo não ser legítima tal cobrança.

23 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2020 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2019/2020 (julho/19 a junho/20 para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2021 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2019/2020.

Os desembolsos esperados para 2020 com os encargos são de R\$ 738 e para os anos de 2021 em diante de R\$ 738.

b. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores. Em dezembro de 2019, estimamos que os compromissos futuros relacionados a (O&M) são os que seguem:

2020 – R\$ 1.461
2021 – R\$ 1.461
2022 – R\$ 1.461
2023 – R\$ 1.461
2024 à 2037 – R\$ 8.765

c. Fianças bancárias

Por imposição contratual derivada dos contratos de financiamentos, debêntures e fornecedores a Companhia possui compromissos futuros de contratar fianças bancárias. Os valores são os que seguem abaixo:

2020 – R\$ 24

2021 – R\$ 8